

GT 07 - PESCADORES ARTESANAIS E RIBEIRINHOS: FORMAS DE RESISTÊNCIA ÀS SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PESQUEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESCA ARTESANAL NA BAHIA

Taíse dos Santos Alves¹
Guiomar Inez Germani²

¹Mestranda em Geografia/Universidade Federal da Bahia – UFBA, taisealves85@gmail.com.

²Dra. em Geografia /Professora/ Universidade Federal da Bahia – UFBA, guiomar@ufba.com.

Resumo: A pesca artesanal, no Brasil, caracteriza-se como uma importante atividade socioeconômica que “marca” e cruza histórias no tempo e no espaço das narrativas de vida dos sujeitos e, também, está relacionada ao sustento de diferentes grupos sociais. Segundo Kuhn (2009), a pesca artesanal reconquista, a cada momento o seu protagonismo na produção econômica, pois, atualmente, é responsável pela metade do pescado produzido no Brasil. O presente artigo tem como foco trazer algumas reflexões da importância da pesca artesanal como símbolo de permanência e cultura popular, seus modos de vidas e suas subjetividades que dão visibilidade a uma atividade extrativista que resiste frente domínio do capital. E para isso tem entre seus objetivos evidenciar a importância da pesca artesanal na Bahia, em especial, para o município de Vera Cruz (Ba), trazendo uma pequena discussão acerca do espaço produzido e organizado pelo pescador artesanal.

Palavras-chaves: Espaço; Organização; Pesca Artesanal

*“O pescador que não tem território não tem história, e sem história a gente não pode viver”
Iranyr dos Santos, pescadora artesanal de Remanso/Bahia¹*

1 INTRODUÇÃO

O conceito de espaço geográfico teve diferentes variações no decorrer da sistematização ciência Geográfica. Ao “passar” pelas diferentes escolas de análise (Geografia Tradicional, Nova Geografia, Geografia Humanística e Cultural, por exemplo) será na Geografia Crítica (mais precisamente no final do século XX) que o conceito de espaço será debatido como a principal categoria de análise da Geografia. Período este, marcado pelo debate das ideias do materialismo histórico e dialético. Os geógrafos marxistas sentiam-se necessidade de expor a dimensão espacial pela sua contradição social geradas pelo modo de produção capitalistas que cada vez mais era evidente em

¹ Depoimento extraído do folder de divulgação da Campanha do Nacional de Regulação dos Territórios pesqueiros (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2012).

diferentes sociedades. Para Côrrea (2012) esta preocupação surge primeiramente na obra de Henri Lefebvre, em *Espacio y Politica* (1976). Para o autor o espaço desempenha uma função decisiva na estrutura de uma totalidade, uma lógica, um sistema. O espaço para Lefebvre é social, vivido, e dotado de práticas sociais.

Assim, a partir de 1970 é adotado o materialismo histórico e dialético como paradigma, e o espaço passar a ser concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de reprodução, que é visto como uma instancia da sociedade e é organizado pelo homem.

A organização do espaço é um conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície terrestre, criando-se assim uma materialidade social (CÔRREA, 2012). Santos (2012) chama a atenção para os elementos que estão no espaço. O mesmo diz que todos: homens, firmas, instituições, empresas e etc, são elementos do espaço. E afirma que cada lugar “composto” por diferentes elementos constitui um espaço de valor particular.

Nesse sentido, temos a pesca artesanal. Que no Brasil caracteriza-se como uma importante atividade socioeconômica que “marca” e cruza histórias no tempo e no espaço das narrativas de vida dos sujeitos e, também, está relacionada ao sustento de diferentes grupos. Segundo Kuhn (2009), a pesca artesanal reconquista, a cada momento, o seu protagonismo na produção econômica, pois, atualmente, é responsável pela metade do pescado produzido no Brasil. Além disso, tem influência na manutenção da diversidade cultural atrelada às práticas desenvolvidas pelo pescador, coletor de caranguejos e extrativistas espalhados pelo litoral brasileiro, a exemplo, dos caiçaras (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná); dos açorianos (Santa Catarina); dos jangadeiros (Nordeste), e as comunidades ribeirinhas (Amazônia) constituem um patrimônio cultural (DIEGUES; MOREIRA, 2001).

Deste modo, percebe-se que a atividade não está somente associada como meio/condição de trabalho, a mesma “carrega” as influências e modos de vida do pescador artesanal. Por sua vez, é preciso reconhecer que os espaços de prática da atividade possuem uma relação singular entre terra e água, que coloca o pescador no ciclo contínuo de transformação, fazendo deste ambiente também instável pelas complexidades sócio-ambientais.

É importante destacar que, nas últimas décadas, os espaços costeiros são áreas de especulação promovida pelos agentes hegemônicos. Esta prática impulsiona os conflitos pelo território que tendem a gerar a diminuição da atividade da pesca na tentativa de também invisibilizar os grupos sociais que vivem da atividade.

O presente artigo tem entre seus objetivos evidenciar a importância da pesca artesanal na Bahia, em especial, para o município de Vera Cruz (Ba), trazendo uma pequena discussão acerca do espaço produzido e organizado pelo pescador artesanal. A atividade possui uma dinâmica singular, evidencia as relações do pescador artesanal e seu modo de vida tradicional e de lidar com a natureza. Que “carrega” histórias, culturas de raízes profundas que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo (MPP, 2012).

Entretanto, a atividade pesqueira também faz parte da dinâmica do modo de produção e (re)produção capitalista que coloca a atividade em um grau complexo com distintos conflitos, sobretudo entre os pescadores e as organizações da pesca.

Neste artigo, tenho como meta trazer algumas reflexões da importância da pesca artesanal como símbolo de permanência e cultura popular, seus modos de vidas e suas subjetividades que dão visibilidade a uma atividade extrativista que resiste frente ao domínio do capital.

2 PESCA ARTESANAL E PESCADOR ARTESANAL

Segundo Diegues (1983), a pesca é a única e última atividade extrativista realizada em grande escala. E sua produção envolve uma relação entre homem e natureza caracterizado assim, a identidade das diversas formas pelas quais se organiza sua produção. Este reconhecimento passa a existir a partir de condições naturais específicas, marcadas por processos determinados de forças produtivas da natureza.

Entretanto, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) define a pesca como atividade produtiva mais antiga da humanidade. Os recursos pesqueiros marítimos, costeiros e continentais constituem importantes fontes de renda, geração de trabalho e

alimento. Eles têm contribuído para a permanência do homem no seu local de origem. Ainda segundo o órgão, o pescador artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo MPA exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte.

Para a Bahia Pesca, a pesca artesanal é uma atividade comercial. Realizada única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador com utilização de embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos), sem nenhuma sofisticação, além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais. Baseiam-se nos conhecimentos dos pescadores, adquiridos em família transmitidos aos demais membros, pelos mais velhos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria.

Nesta pesquisa, é de suma relevância refletir sobre a atividade pesqueira na construção de sociedades moldando pelo modo de vida e no âmbito da produção de espaços específicos atrelada a sua história (KUNH, 2009). Os órgãos explicitados caracterizam a atividade pesqueira apenas pelo seu viés econômico, colocando o pescador como atrasado e “preso” ao seu local de origem e não evidenciando as relações que estão no cotidiano dos sujeitos da pesca, principalmente, artes, saberes e sua “intimidade” com a natureza. É importante destacar que a pesca artesanal é uma atividade que detém importância social e econômica, porque sua produção é expressiva, garantindo a base alimentar de diferentes grupos. Não queremos, aqui, afirmar que os pescadores artesanais devam permanecer na condição de excluídos ou atrasados, mas sim apresentar sua produção, diversidade, contradições e identidades no reconhecimento de sua organização e importância social vista a invisibilidade que passa este grupo social.

O MPA afirma que os maiores desafios da pesca artesanal, no país, estão relacionados à participação dos pescadores nas organizações sociais; ao alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade; ao desconhecimento da legislação na base; aos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca. Já o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) destaca que o desafio pela manutenção da pesca está no reconhecimento sobre seu território.

Segundo Kunh (2009), a atividade encontra-se no grau complexo, já que,

[...] atualmente, esta atividade insere-se numa dinâmica muito complexa, que envolve, principalmente, (a) os pescadores artesanais e suas organizações; (b)

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ CNPJ:

10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

o Estado e suas diversas políticas públicas; (c) os grupos que promovem a pesca e a aquicultura em escala industrial, com uma lógica concentradora e com forte implicação na natureza; e (d) os proprietários fundiários (KUNH, 2009, p. 30).

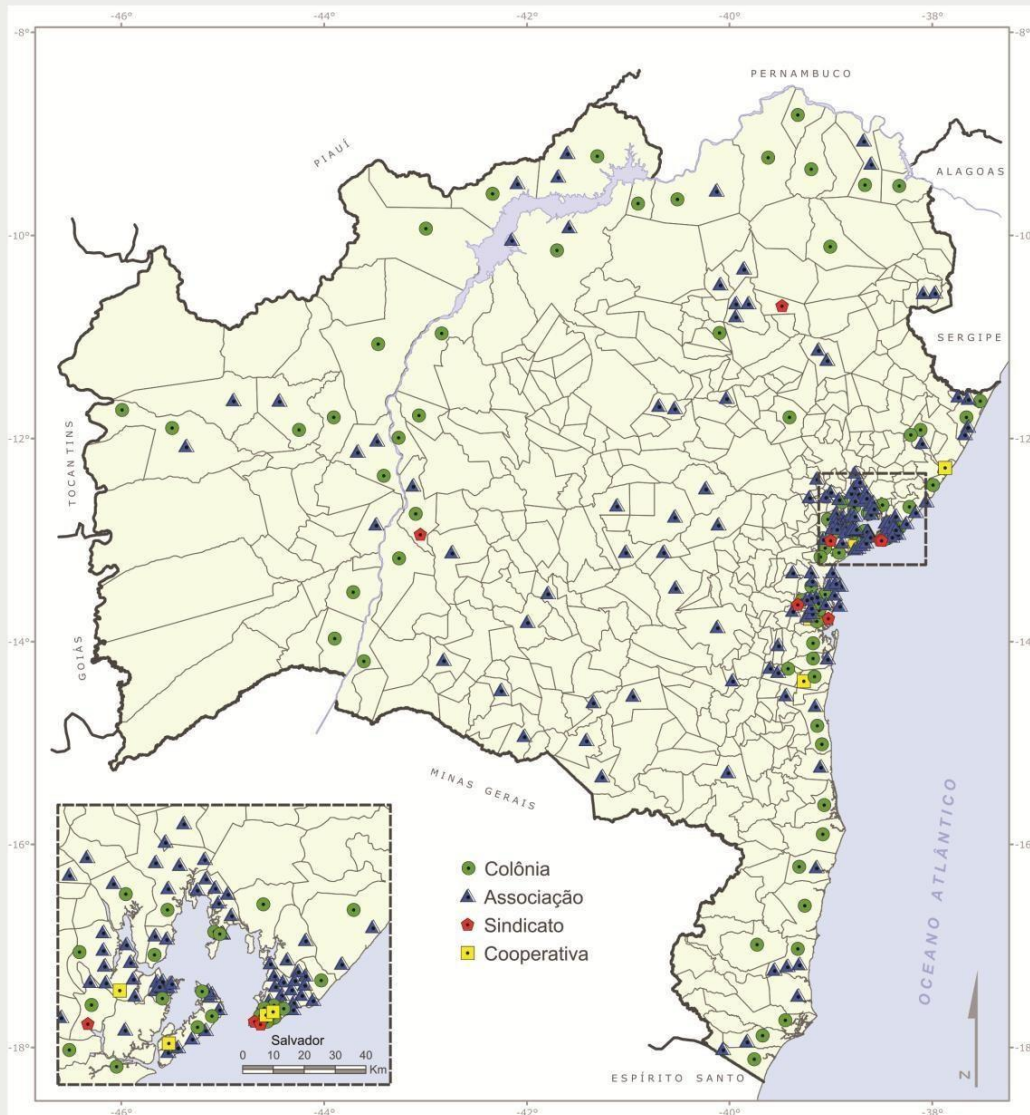
No País, existem cerca de 970 mil pescadores registrados. Destes, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais. Estão organizados em 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2011).

Segundo Rios (2012), a organização institucional da atividade pesqueira, em nível federal, se dá pelo MPA, representado através da Superintendência Federal do Estado.

Em nível estadual, através da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia (FEPESBA), na qual é responsável pela organização das 80 Colônias existentes no estado. Existem, também, sete Cooperativas de Pescadores e Marisqueiras e sete Sindicatos, ambos atuando na representação profissional da classe (Mapa 1).

MAPA 1: Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pescadores por município do Estado da Bahia (2012)

COLÔNIAS, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E COOPERATIVAS
DE PESCADORES POR MUNICÍPIO, 2012
ESTADO DA BAHIA



Fonte: MPA, 2012.
Base cartográfica. SRH, 2004.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2012.
Obs: Localizações dos dados não georreferenciadas.

Fonte: GEOGRAFAR, 2012. Disponível em:

<<http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/mapas/2d618d8c40a8b7f10fa49fbb84f46bcc.pdf>>

Acesso em: 25 dez. 2013.

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ CNPJ:

10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

Já no município de Vera Cruz (BA), a organização da pesca está dividida em três Colônias de Pescadores – Baiacu, Cacha Pregos e Conceição – sete associações e um sindicato (GeografAR, 2012). A lógica de suas criações está no plano político.

Cabe ressaltar quem são os pescadores artesanais e como se reconhecem. Segundo Cartilha do MPP, podemos definir esse grupo social como:

Os pescadores e pescadoras artesanais possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo. Possui relação direta com a natureza, com espiritualidade e mística que suscita respeito e cuidado (MPP, 2012, p. 04).

Neste sentido, os pescadores artesanais são um grupo social que fazem parte das comunidades tradicionais, pois usam a tradição como modo de vida. A pesca representa uma herança cultural que representam suas identidades e laços sociais. Neste sentido, os pescadores artesanais produzem seus espaços pela atividade que constitui uma prática social (CARLOS, 2012). Assim, sua produção valoriza o espaço produzido pelos pescadores artesanais. Neste sentido, os pescadores artesanais é grupo social que são,

[...] formadores de um modo de vida particular, ou seja, como um grupo diferenciado no Modo de Produção Capitalista, que embora esteja inserido nesse sistema, possui outra lógica de relação/produção/apropriação do espaço. Para esse grupo social, o espaço possui valor de uso. A lógica que se contrapõe a esta é a lógica dos grandes agentes do capital, que vêem o espaço como valor de troca. E esse é o pano de fundo no qual é promovido o embate entre as distintas lógicas de relação/produção/apropriação do espaço geográfico (KUNH, 2009, p. 29).

Deste modo analisamos que os pescadores artesanais são um grupo transformador do espaço. Já que os mesmos organizam, produzem e transformam seus espaços e acabam por fazer parte das relações capitalistas de produção a partir do valor de uso com seu espaço numa dinâmica terra e água como destaca Kunh (2009).

Neste debate cabe refletir a materialidade do espaço geográfico que está diretamente associada ao modo de produção capitalista. Entendemos que é a partir desta produção que se configura os diferentes espaços, dando-lhe formas e singularidades. Entretanto, é importante entender que estas especificidades são frutos do trabalho humano que mesmo transformando-se no tempo/espaço persiste para cumprir sua funcionalidade: a reprodução e acumulação do capital. Interfere nas relações sociais, ao mesmo tempo, em que se organiza e não ocorre de maneira aleatória e sim um espaço concreto, com

condições necessárias à sua acumulação, regida, também, pelo Estado na qual envolve saberes, conhecimentos, relações para a abertura da sua produção (LEFEBVRE, 1972).

O pescador artesanal usa seu trabalho, a pesca, para estabelecer trocas, relações comerciais e também não comerciais, cria uma rede, um circuito produtivo de distribuição do pescado e entendemos que estes elementos irão dá materialidade e organização de um espaço específico da pesca. Entretanto este “jogo” de relações podem camuflar diferentes conflitos entre eles a exploração do pescador artesanal.

3 A PESCA ARTESANAL NA BAHIA: UM OLHAR SOBRE VERA CRUZ (BA)

A produção pesqueira no estado da Bahia, ocupa a terceira colocação em relação ao país, sendo a primeira da região nordeste. Esta produção é, basicamente, desenvolvida sob responsabilidade dos pescadores artesanais, pois a pesca industrial na Bahia é inexpressiva dada as condições de nossas águas. Segundo a Bahia Pesca, esta característica ocorre devido à plataforma continental, possui uma faixa de litoral bastante estreita de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária da água, por isso as embarcações e aparelhagens são feitas através de técnicas simples (BAHIA PESCA, 2003).

A produção da pesca extrativista está em torno de 1.610.530 milhões toneladas, segundo dados do MPA. Deste quantitativo, o estado da Bahia produziu cerca de 192.936 mil toneladas, colocando em segundo lugar na produção da pesca extrativista no nordeste e estima-se que existe mais de 109.000 mil pescadores artesanais cadastrados no estado (MPA, 2011). Quantitativamente, esses dados estimam o papel da pesca artesanal no Estado para seu cultivo e visibilidade econômica, além de apresentar suas diversidades de produção.

O município de Vera Cruz está localizado na Ilha de Itaparica região metropolitana de Salvador, distando da capital a 289 km por via terrestre, e a 15 km via marítima (Figura 2). Possui uma população de 37.567 habitantes (IBGE, 2010) e a atividade pesqueira configura-se como uma das principais fontes econômicas do município. Segundo o Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras, são encontradas seis comunidades pesqueiras

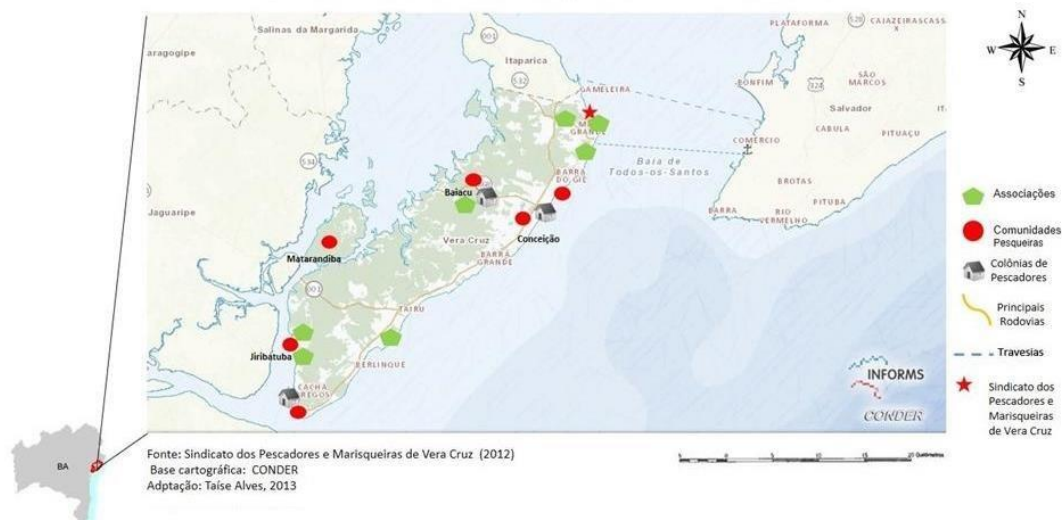
artesanais no município. As organizações de representatividade da pesca no município são as Colônias de pescadores (Baiacú, Conceição e Cacha Pregos), Associações de Pescadores e o Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras (Figura 3).

Figura 2: Baía de Todos os Santos com destaque para Vera Cruz (Ba)



Fonte: <<http://uplod.wikimedia.org>> Acesso em: 10.01.2014
Adaptação: Taíse Alves, 2014

Figura 3: Populações Pesqueiras e suas organizações – Vera Cruz (BA)



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Nas comunidades tradicionais pesqueiras² de Vera Cruz (BA) (Baiacu, Barra do Gil, Cacha Pregos, Conceição, Jiribatuba e Matarandiba) a pesca artesanal caracteriza-se como elemento de destaque socioeconômico, contribuindo para a reprodução social de seus moradores.

Os pescadores, em conversas informais, relatam os problemas que perpassam habitualmente: os descasos com a educação, saúde, moradia, saneamento básico e a desvalorização da própria atividade pesqueira. Os jovens são os mais alcançados por essas fragilidades, pois seu principal desejo é sair de suas comunidades em busca de “melhores oportunidades”, entre elas, emprego. Seu imaginário de cultura, oportunidades, *status* social é a capital baiana, Salvador.

Os municípios de Vera Cruz e Itaparica estão ganhando notoriedade, nos últimos anos, pela discussão da construção da ponte Salvador–Itaparica. A proposta de construção da ponte não é recente. Desde 1980, discute-se sua implementação com o objetivo de melhorar o deslocamento para Ilha e mobilidade urbana. Para o governo, o empreendimento significa diversos benefícios. O projeto tem o desenvolvimento como discurso (para as os municípios, Salvador, além da interligação do projeto ao sistema viário oeste), entre eles, a “integração entre o Recôncavo e a capital, o desenvolvimento da atividade turística e a solução dos problemas relativos à travessia entre Salvador e a Ilha de Itaparica” (FERREIRA, OLIVEIRA; SANTOS, 2012, p. 2).

O governo do Estado também complementa que o projeto deve impulsionar o crescimento regional e melhorar a qualidade de vida das pessoas pelas dimensões: econômico, social, planejamento urbano e infraestrutura e respeito sócio-ambiental, além da democracia participativa.

Até então, não existe um estudo apontado os problemas sócio-ambientais da construção da ponte, mas podemos alegar que existem possibilidades do empreendimento

² De acordo o arts. 231 Povos, Populações, Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Arts. 231 da Constituição Federal de 1988 e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

agravar as relações sociais, disputas territoriais, desigualdades econômicas e, principalmente, a manutenção da atividade pesqueira nos municípios.

Em pesquisa de campo na Colônia de Pescadores de Baiacu, Associações e Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras de Vera Cruz, é evidenciada a reprodução do discurso do desenvolvimento, atrelado ao empreendimento. Ambos reconhecem que pode ser um vetor de expansão comercial do pescado, entretanto, afirmam que manter a pesca é um desafio. Primeiro, por falta de investimento do poder público e, segundo, pela reafirmação da identidade do pescador. Essas dimensões são pautas no fortalecimento da pesca e seus objetivos enquanto entidades representativas para melhoria da atividade pesqueira no município. Estes grupos evidenciam que o principal conflito da pesca artesanal na Ilha é a comercializações do pescado, já que seu escoamento é feito por atravessadores. Na qual acabam por favorecer ambos em detrimento do lucro final do pescador artesanal.

Outro conflito identificado envolvendo a pesca artesanal foi o turismo. Para Assis (2009), o turismo é uma atividade complexa, pois suas relações envolvem múltiplas análises entre economia, sociedade, culturas e políticas numa disfunção acelerada movimentada pelos grandes capitais. Segundo Rodrigues e Giudice (2009), houve diminuição da potencialidade do manguezal na localidade de Conceição, com a instalação do Club Méd ocorreu:

[...] aterramento do rio, a retirada de areia da praia para formação de uma pequena baía para velejar (área particular do Club Méd). A área da praia foi sendo totalmente modificada, para serem exercidos diversos esportes aquáticos como o velejamento, *surf board*, mergulho entre outros (RODRIGUES; GIUDICE, 2009, p. 09).

No estudo, foi colocado que há um desconhecimento da população local da importância do manguezal para atividade pesqueira. Entretanto, destacam que houve diminuição de sua diversidade, tendo que buscar alimentos oriundos do mangue (siri, caranguejo, sururu e outros) em outros pontos da Ilha, a exemplo do Baiacu.

Outras questões evidenciadas pelas pesquisas exploratórias são as entidades políticas que defendem os interesses dos pescadores na Ilha. Os pescadores afirmam que estes grupos desenvolvem ações voltadas para levar a pesca industrial a Vera Cruz e (des)caracterizar o modo do vida dos pescadores artesanais. Então, a pesca artesanal na Ilha tem dimensão tanto política quanto econômica para perpetuação da exploração do

pequeno produtor. Configura-se como perpetuação da reprodução do sistema capitalista, com isso, percebe-se que transformar a pesca artesanal terá uma série de conflitos. Entre eles, perda da legitimidade e o espaço de reprodução social dos pescadores artesanais em Vera Cruz (BA). Por isso, nota-se até o momento que a pesca artesanal tem uma dimensão mais ampla que o turismo, a construção da ponte, os atravessadores, pois perpassa pela dimensão social da exploração causada ao longo dos anos a estes sujeitos.

Neste aspecto, a ciência geográfica tem como objetivo compreender os fenômenos que ocorrem no espaço, analisar a sociedade de acordo com sua organização e produção espacial, nesta perspectiva, cabe perguntar como, neste contexto, como a pesca artesanal – uma atividade extrativista – sobrevive frente à valorização do espaço no município de Vera Cruz?

Outro ponto relatado durante as pesquisas de campo exploratória é o interesse das entidades da pesca fazer investimentos para a pesca industrial. E, com a construção da ponte Salvador-Itaparica, o debate ressurgiu nestes espaços.

Neste cenário, a atuação do MPP não é evidente na Ilha, vista a fragilidade da identidade política dos pescadores que lá vivem, já que as próprias entidades representativas desqualificam o Movimento e, até mesmo, não conhecem as atividades exercidas pelo MPP, sobretudo a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Pesqueiras Artesanais, que tem como meta proteger os territórios pesqueiros com a aprovação da lei de iniciativa popular sobre seus territórios.

PARA NÃO CONCLUIR...

A pesca artesanal em Vera Cruz (Ba) apesar de apresentar um cenário em aparente ordem, carrega uma dimensão conflitante. Vista a construção da ponte Salvador-Itaparica; as relações políticas que se encontram entre os Pescadores x Colônias, Pescadores x Associações, Pescadores x Sindicato, Sindicato x Colônias, Colônias x Associações, percebe-se neste primeiro momento existe uma situação de disputas de poder e autonomia sobre a atividade pesqueira no município. Outra questão é sobre o papel do Estado nestas relações, ou seja, como a Prefeitura Municipal de Vera Cruz se posiciona frente a esta realidade e como destina os recursos para a pesca artesanal? Cabe ainda refletir, a quem

chega estes investimentos, para as entidades ou pescadores? Há um forte discurso entre a população local que a pesca artesanal no município pode chegar a sua extinção, que no passado a pesca era mais produtiva que atualmente. Deste modo, cabe uma reflexão mais expressiva sobre a pesca artesanal no município para entender como a atividade organiza o espaço pesqueiro e como produz e se reproduz frente as relações capitalistas.

REFERENCIAS

ASSIS, Lenilton Francisco de. Do território usado à multiterritorialidade: reflexões sobre o lazer e o turismo em segundas residências no nordeste brasileiro. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 26, p. 45 – 58. 2009.

BAHIA PESCA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina**. Salvador: Bahia Pesca, 2003.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 6.040**. (DOU). Brasília – DF, 7 de fevereiro de 2007.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. 1. ed. SP: Contexto, 2012. p. 54-73.

DIEGUES, A.; MOREIRA, A. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB/USP. 2001.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, J. G.; OLIVEIRA, I. S.; SANTOS, L. M. Entendendo a possível construção da ponte Salvador-Itaparica através das *politics*. **Anais do XIII Encontro de Geografia da UESC: Desafios da abordagem geográficas**. Ilhéus – Ba: Eduesc. 2012.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mapeamentos temáticos do Estado da Bahia. **Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra>> Acesso em: 10 out. 2013.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

KUHN, Ednizia Ribeiro A. **Terra e água: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador (Ba). Disponível em:

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*). 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%203%ADstico%20MPA%202010.pdf> Acesso em: 10 jun. 2013.

MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Cartilha Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais**. Bahia, jul. 2012. Disponível em <<http://cppnorte.wordpress.com/documentos/>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**. 2012. 263f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador (Ba). Disponível em <http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final_Kassia%20Rios.pdf>. Acesso em 20 jul. 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICE, Dante Severo. **A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso da localidade de Conceição de Vera**

Cruz – BA. **Revista Cadernos do Logepa**. João Pessoa. v. 6, n.2, p. 101-114, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa>. Acesso em: 22 jun. 2012.

RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICE, Dante Severo; PINTO, T. C. Impactos Ambientais das atividades humanas na vila de Conceição - Município de Vera Cruz/Ba. **Anais do XII – Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Viçosa – Minas Gerais, p. 1-19, jul. 2009.